



Conselho das
**Finanças
Públicas**

Perspetivas Económicas e Orçamentais 2026-2030 (atualização)

Apresentação à Comunicação Social

24 de setembro de 2026

Projeções macroeconómicas 2026-2030



Crescimento em 2026 revisto em alta para 2,2%

- A economia portuguesa revelou-se mais resiliente do que o antecipado no 1.º semestre
- O 2.º semestre enfrenta condicionantes externas adversas: o regresso às operações militares no Golfo Pérsico, a seca que atinge cerca de metade do território da UE e a orientação mais restritiva do BCE
- Um estímulo orçamental interno considerável funciona como amortecedor destes choques externos

Inflação mais persistente no horizonte de projeção

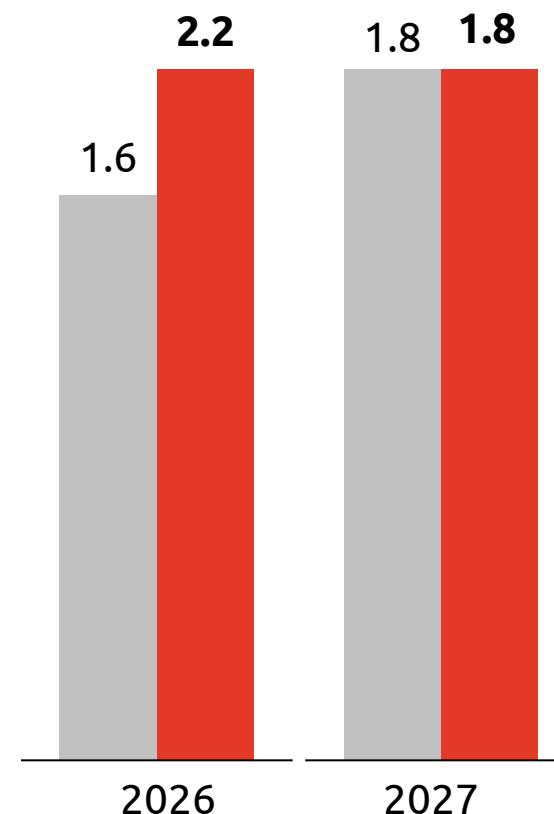
- O IHPC deverá subir de 2,2% em 2025 para 3,2% em 2026 (+0,3 p.p. face a abril)
- Projeta-se um alívio da inflação para 2,6% em 2027, trajetória contrariada pela componente alimentar

Perspetivas de crescimento de médio-prazo inalteradas em 1,6%

- Ritmo de crescimento mais elevado depende de aumentos da produtividade e do investimento empresarial

Crescimento do PIB, %

■ abril ■ setembro

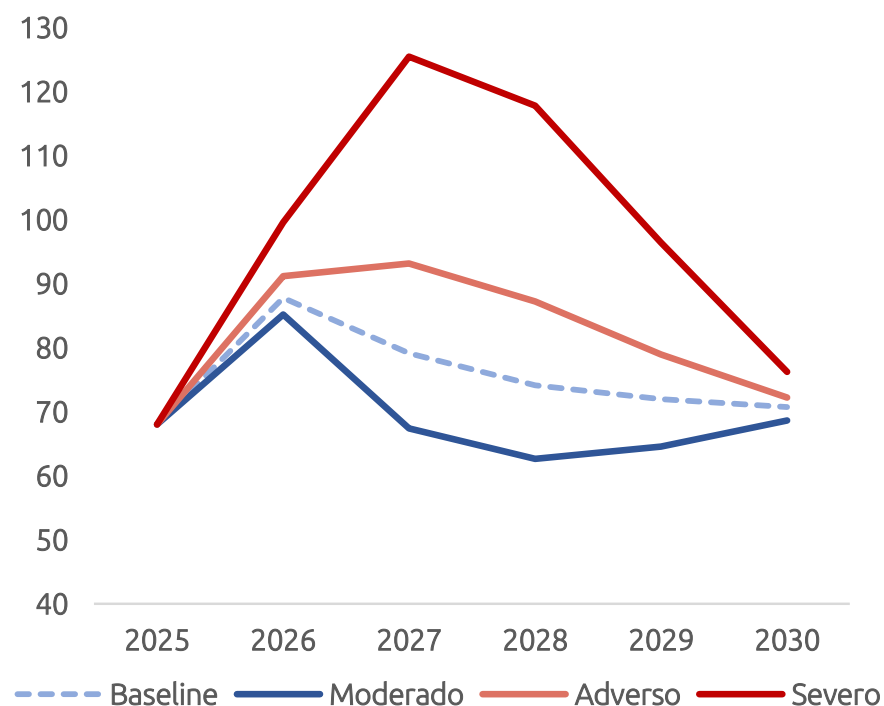


Relatório apresenta três cenários alternativos

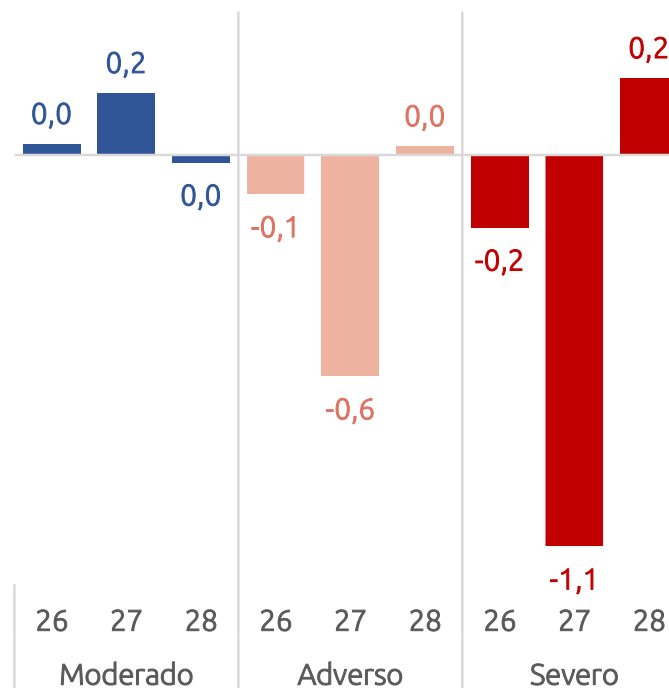


Exploram o efeito na economia portuguesa da instabilidade nos preços da energia (petróleo e gás natural) e da incerteza

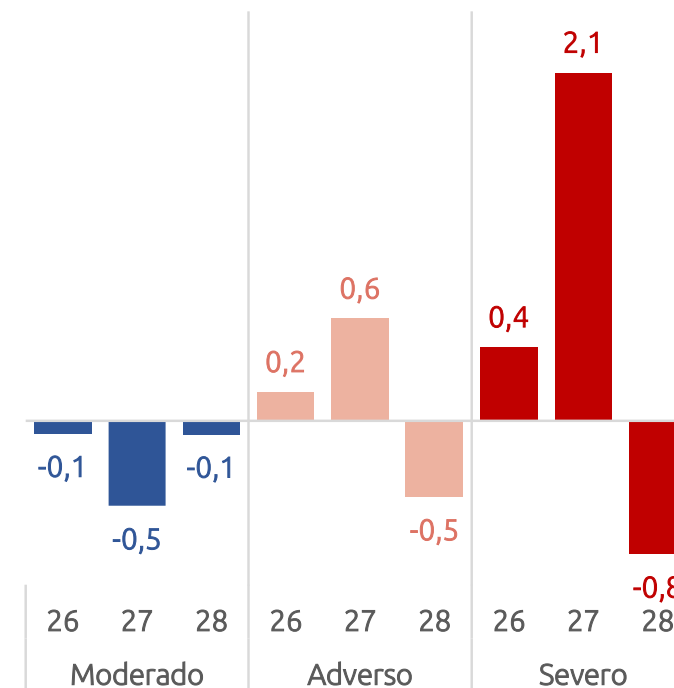
1 Preço do barril de brent (\$/bbl)



2 Impacto crescimento do PIB (p.p.)



3 Impacto inflação (p.p.)



Projeções macroeconómicas atualizadas 2026-2030



	2025	2026	2027	2028	2029	2030
PIB real e componentes (variação, %)						
PIB	1,9	2,2	1,8	1,7	1,7	1,6
Consumo privado	3,5	3,2	2,4	2,1	1,8	1,6
Consumo público	1,6	1,7	0,7	0,7	1,0	1,0
Investimento (FBCF)	3,8	5,9	1,5	1,5	2,8	2,8
Exportações	0,4	3,6	2,5	2,5	2,5	2,4
Importações	4,4	6,5	2,4	2,5	2,7	2,6
Preços (variação, %)						
Deflator do PIB	3,9	3,1	2,8	2,4	2,3	2,0
IHPC	2,2	3,2	2,6	2,3	2,1	2,0
Mercado de trabalho (variação, %)						
Taxa de desemprego (% pop. ativa)	6,0	5,9	5,8	5,8	5,7	5,7
Emprego	2,3	1,7	1,1	0,5	0,3	0,0
Sector externo (% PIB)						
Cap. líq. de financiamento face ao exterior	2,5	1,9	1,6	0,1	-0,6	-0,8
Balança de bens e serviços	0,9	-0,7	-0,6	-0,6	-0,6	-0,7

Riscos predominantemente descendentes para a atividade e ascendentes para a inflação



Riscos internos e externos



Conflito no Médio Oriente

Regresso das operações militares
Prolongamento pode gerar novas pressões sobre os preços
Stocks de gás da UE em mínimos desde 2011



Término do PRR

Contração do investimento público
Capacidade de execução de outros fundos europeus



Política monetária e mercados de dívida

BCE iniciou ciclo de subidas em junho
Aumento generalizado das *yields* soberanas
Juros mais altos penalizam consumo e investimento



Eventos climáticos extremos

Tempestades atlânticas no início de 2026
Seca na Europa penaliza a procura externa dirigida a Portugal

Perspetivas orçamentais (enquadramento)



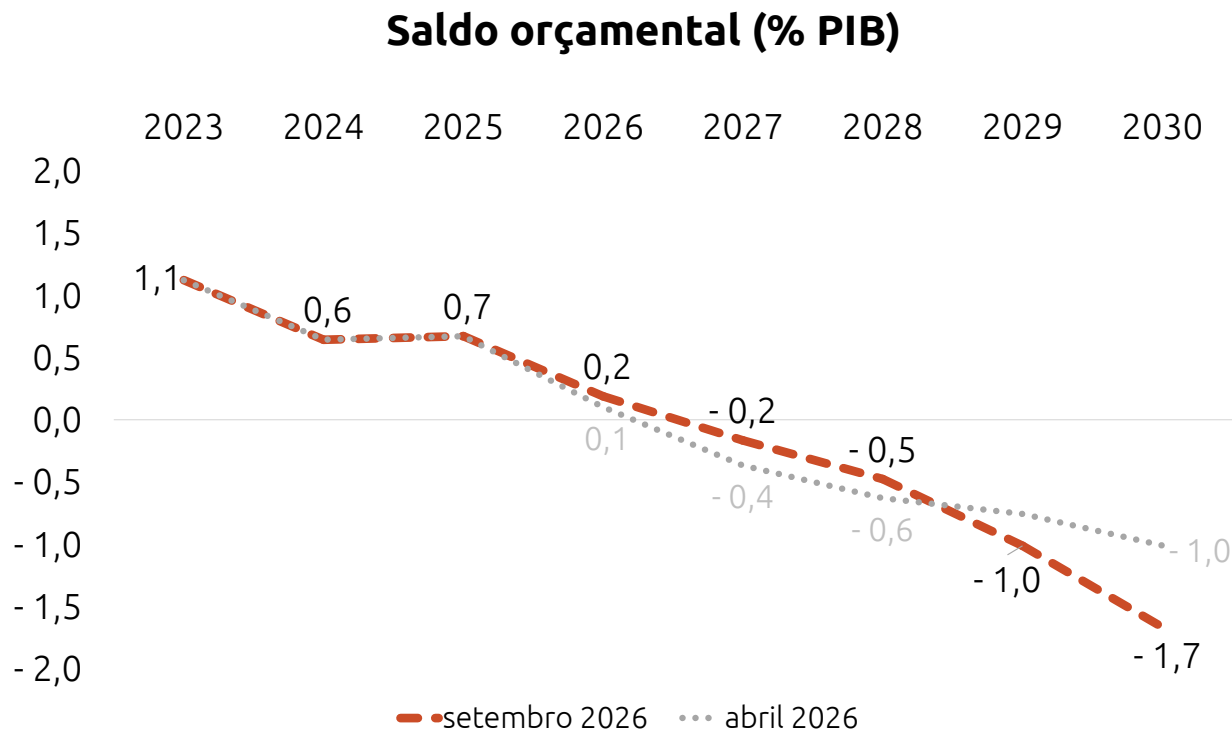
Face ao cenário de abril de 2026, a projeção do CFP em políticas invariantes incorpora nova informação, nomeadamente:

- A revisão do impacto orçamental das **medidas de resposta às intempéries e ao conflito militar no Irão**
- **A revisão em alta da execução global do PRR** agora estimada em 98% do total programado, refletindo as recentes reprogramações, a execução orçamental observada e a aplicação da cláusula de “conclusão substancial”
- **A incorporação de parte da despesa militar financiada pelo SAFE** correspondente a quase 70% da dotação total (5800 M€) aprovada ao abrigo daquele programa:
 - A aquisição de três fragatas de nova geração (3,9 mil M€) e aquisição de 75 viaturas blindadas URO VAMTAC (133 M€)
 - A repartição temporal desta despesa assenta em hipóteses técnicas relativas ao calendário previsível de entregas dos equipamentos e ao respetivo plano de pagamentos

As perspetivas orçamentais do CFP são uma projeção em políticas invariantes

- **Não são consideradas novas medidas** de política, **nem medidas já anunciadas** que ainda não se encontram legisladas, ou que não disponham de detalhe suficiente para estimar o seu impacto (ex.: nova medida de redução da taxa do IRS)
- **Não foi incluída a despesa adicional com defesa** para atingir a meta de, pelo menos, 3,5% do PIB até 2035 (conceito NATO), nem restante parte da despesa militar associada ao programa SAFE, assim como eventuais apoios adicionais à Ucrânia de 2027 em diante
- Não integra o impacto plurianual do **Plano Português de Transformação, Recuperação e Resiliência (PTRR)**
- Impacto nas contas públicas de **grandes obras públicas** não foi contabilizado
- **Não foi considerada a Reprivatização parcial da TAP, SA** (eventual alienação de até 49%)
- **Não considera eventuais revisões do INE no contexto da 2.ª notificação do PDE**, que à data da elaboração da projeção não são conhecidas

Saldo orçamental: a projeção aponta para uma trajetória descendente



Saldo primário excedentário ao longo do horizonte, mas contribuindo progressivamente menos para **a redução do rácio da dívida pública**

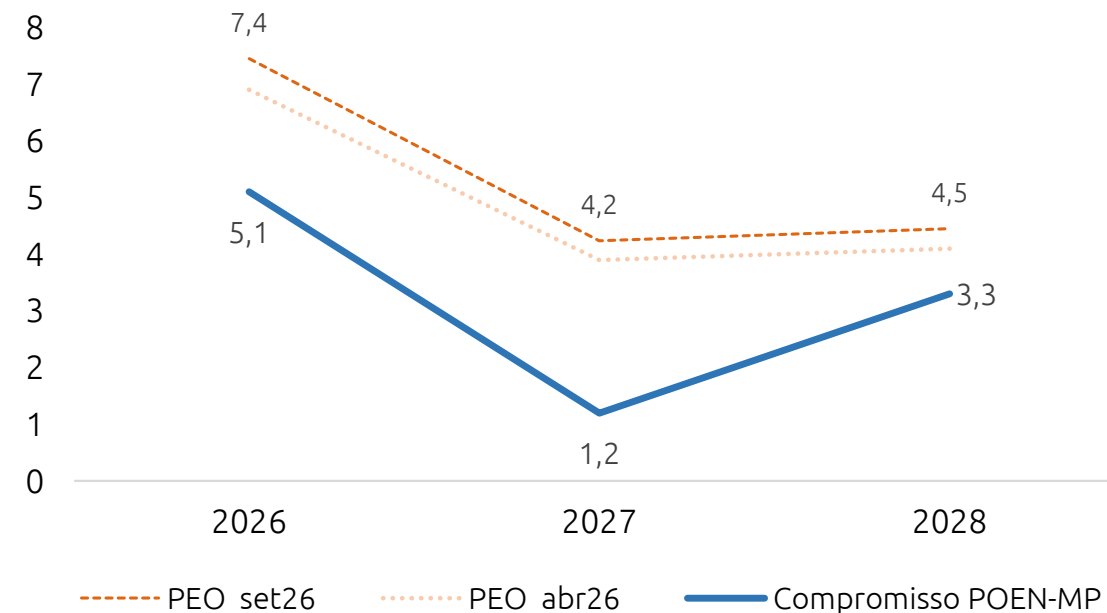
- **Excluindo a medida anunciada de redução de IRS, mantém-se para 2026 a perspetiva de ligeiro excedente**, sensível, contudo, à dimensão orçamental das medidas de resposta às tempestades e ao conflito no Irão
- **Para 2027 e 2028 uma situação orçamental ainda próxima do equilíbrio orçamental**, mas já deficitária
- **A partir de 2029 agravamento dos défices**, refletindo o maior impacto orçamental associado à aquisição de material militar no âmbito do SAFE

Crescimento da “despesa líquida” acima do compromisso assumido no POEN-MP



- A trajetória agrava o afastamento face ao compromisso assumido por Portugal no POEN-MP
- **2026: Crescimento projetado da despesa líquida mais elevado**, refletindo a informação mais recente de medidas fiscais de redução da receita
- **2027-28: Maior crescimento da despesa líquida**, enquadrado num cenário de saldo orçamental próximo do equilíbrio, ainda que ligeiramente deficitário

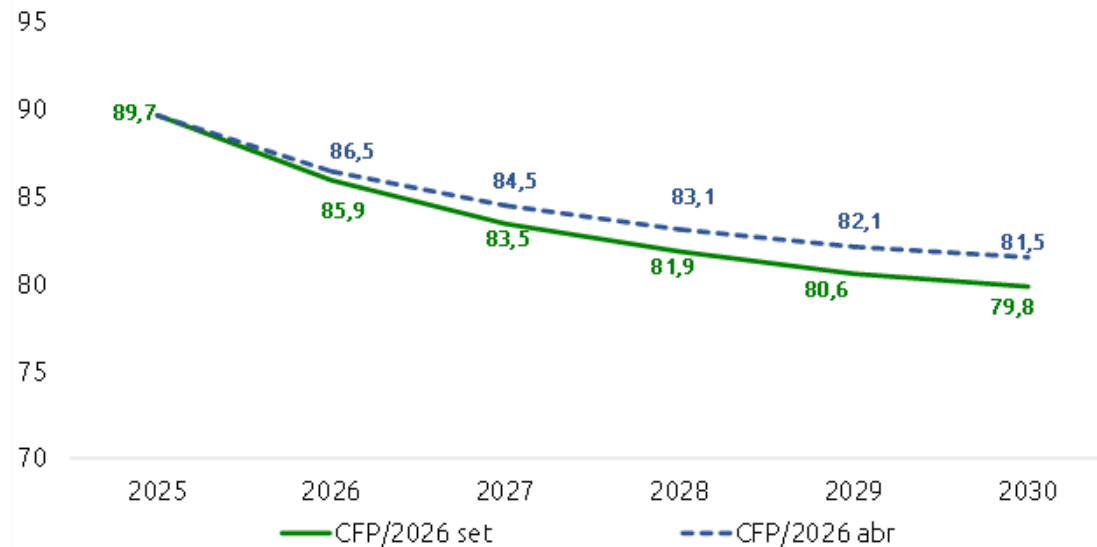
Trajetória da despesa líquida (% e p.p.)



Dívida pública continua em trajetória descendente



Rácio da dívida (% PIB)



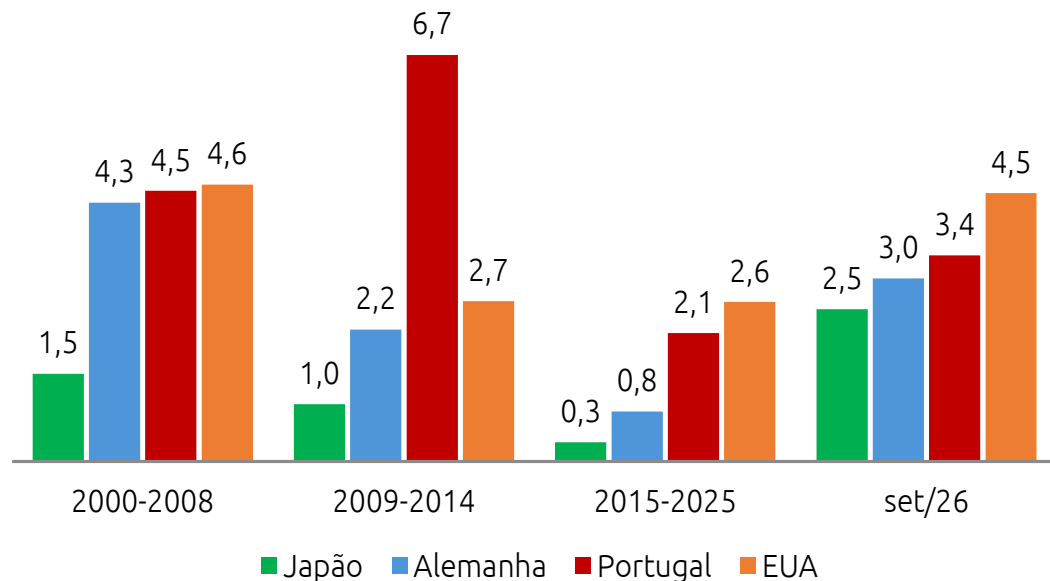
Trajetória descendente do rácio da dívida pública, atingindo 79,8% do PIB em 2030 :

- Decréscimo de 9,8 p.p. do PIB entre 2025 e 2030
- O efeito dinâmico é favorável, mas em progressiva redução, o que reforça a necessidade de manter saldos primários positivos para assegurar a redução sustentada do rácio da dívida
- Sensível a choques no saldo primário e crescimento económico

Custos de financiamento mostram resiliência



Taxas de juro médias das Obrigações do Tesouro a 10 anos (%)



- **Portugal tem beneficiado de uma melhoria na perceção de risco-país.** O diferencial do custo da dívida portuguesa face à alemã mantém-se contido, apesar da maior pressão sobre as taxas de juro de referência na área do euro
- **Trajetória ascendente da taxa de juro implícita da dívida pública**, refletindo:
 - i) uma taxa das novas emissões das Obrigações do Tesouro superior à taxa de cupão dos títulos a reembolsar nos próximos anos e
 - ii) pressões inflacionistas associadas ao prolongamento do conflito no Médio Oriente e ao consequente choque dos preços da energia

Principais riscos para a projeção orçamental



Riscos descendentes

- **Redução das taxas de IRS anunciada pelo Governo**
- **Impacto orçamental de medidas de resposta à crise e eventos climáticos extremos**
- **Despesa adicional com defesa**
- **Impacto orçamental do PTRR e grandes investimentos**
- **Compensação de credores do BES** via Fundo de Resolução
- **Maior subida dos encargos com juros**
- **Alargamento da revisão de carreiras**
- **Despesa com saúde** superior ao previsto
- **Responsabilidades contingentes e garantias públicas** (PPP, linhas de crédito BPF, SATA, habitação jovem)

Riscos ascendentes

- **Receita extraordinária da venda das barragens da EDP** (IS, IMT e IRC)
- **Contribuição de Solidariedade Temporária sobre o Sector Petrolífero**
- **Apoio do Fundo de Solidariedade da UE** para recuperação dos danos das tempestades de 2026
- **Alienação parcial da TAP e da SATA** (↘dívida)



Obrigada.

